

PEDAGOGIAS UNIVERSITÁRIAS E PRÁTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

Daniela Silva de Lourenço¹

Sandra Vidal Nogueira²

Serli Genz Bölter³

Louise de Lira Roedel Botelho⁴

O presente trabalho, parte integrante, do esforço investigativo, financiado pela CAPES/FAPERGS, entre os anos de 2013 e 2015, versa sobre o tema: a reconstrução do espaço/tempo das pedagogias universitárias. Objetivou-se com este trabalho, aprofundar estudos e ensinar proposições para novos cenários nas universidades brasileiras, a partir da necessidade de se construir e defender práticas educativas e curriculares contra-hegemônicas, baseadas em análises estruturais e das transformações geradas pelos movimentos sociais, na realidade das escolas, dos currículos e do ensino, para atender às complexidades de classe, etnia, religião, gênero e outras circunstâncias sociais, como forma de melhorar as vidas dos menos favorecidos. Nessa perspectiva, a promoção dos indicadores de qualidade não pode ser vislumbrada somente a partir da dimensão do ensino ou da aprendizagem e nos limites restritos do que acontece nas salas de aula. A educação técnica instrumental já não possui a força e ressonância de outrora, e outras perspectivas curriculares devem, necessariamente, ser implementadas no ensino superior. Não basta mais pensar numa formação unilateral: a crença unívoca na razão instrumental foi profundamente abalada pelas profundas e irreversíveis crises sociais, de todas as ordens e âmbitos, do século XX, representadas, sobretudo, pelos grandes conflitos bélicos, os quais apontaram, e apontam, para questões que transcendem a pura esfera da instrumentalidade, indicando, claramente, os seus limites e usos. Deve-se ter um olhar ampliado sobre o espaço escolar, que permita visualizar a o espaço e o tempo das comunidades educativas e, principalmente, os contornos nos quais se desenvolvem as políticas e os processos de gestão institucional dos currículos. Defende-se, portanto, a transição de modelos baseados, exclusivamente, em lógicas reguladoras e reprodutoras e que sobreviveram graças às condições sociais e políticas que as promoveram e, certamente, as mantêm, para a proposição de paradigmas, em que a gestão institucional não deva ser considerada um fim em si mesma, e sim, conceituada como um ato essencialmente político. Ou seja, uma ação que busca esforços coletivos de autoconhecimento contínuo, progressivo e

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, UFFS, *Campus* Cerro Largo/RS. E-mail: danieladelourenco@hotmail.com

² Professora do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas e dos Cursos de Licenciatura, Doutorado em Educação, UFFS, *Campus* Cerro Largo/RS. Email: sandra.nogueira@uffs.edu.br

³ Professora do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas e dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura Doutora em Sociologia, UFFS, *Campus* Cerro Largo/RS. Email: serli.bolter@uffs.edu.br

⁴ Professora do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas e do Curso de Bacharelado em Administração Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFFS, *Campus* Cerro Largo – Email: louisebotelho@uffs.edu.br

sistemático, bem como de respeitabilidade das comunidades perante a legitimidade de suas tradições mais genuínas.

Palavras-chave: Prática Educativa. Movimentos Sociais. Ensino Superior. Gestão do Conhecimento.